

RMA JUNHO/2026

RECUPERAÇÃO JUDICIAL: J.R.F. TRANSPORTES E CONTAINERS LTDA

AUTOS Nº: 0005418-24.2025.8.16.0194



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJZDP 75ZS9 FNRLN KFFWD



ESTRUTURA SOCIETÁRIA

A J.R.F. Transportes e Containers foi fundada com o objetivo de oferecer soluções eficientes e confiáveis no setor de transporte de cargas e containers. Desde sua criação, a empresa se dedica a atender às necessidades de seus clientes com qualidade. Ao longo dos anos, a empresa expandiu suas operações, investindo em uma frota moderna e em tecnologia para garantir a segurança e agilidade no transporte de mercadorias. Com equipe capacitada, busca sempre inovar e aprimorar seus serviços, consolidando-se como uma parceira de confiança no mercado de transporte de cargas e containers.

J.R.F. TRANSPORTES E CONTAINERS LTDA

CNPJ: 13.001.753/0001-63

INÍCIO DAS ATIVIDADES 08/12/2010

CAPITAL SOCIAL R\$ 500.000,00



**JOÃO DOS REIS
(ESPÓLIO) 99,99 %**



**FERNANDO SALVIANO
MERICI DOS REIS 0,01%**

Fonte: consulta Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJZDP 75ZS9 FNRLN KFFWD



INFORMAÇÕES GERAIS

CHECK-LIST DE DOCUMENTOS (ATÉ 30/06/2026)	
Documentos	Enviado
Detalhamento das Informações Gerais	
Breve relato das atividades da empresa no período, incluindo qualquer alteração contratual relevante;	✓
Medidas de reorganização adotadas no período;	✓
Unidade em funcionamento, detalhando a situação da matriz;	✓
Recursos Humanos:	✓
Relação/inventário do patrimônio das Recuperandas juntamente com a documentação comprobatória da propriedade e os respectivos laudos de avaliação (se houver);	✓
Evolução das Compras Mensais e dos últimos dois anos;	✓
Fornecedores Mensais e dos últimos dois anos;	✓
Estoques Mensais e dos últimos dois anos;	✓
Detalhamento das Informações Financeiras	
Extratos bancários de todas as contas correntes, vinculadas e aplicações financeiras inclusive sem movimentação;	✓
Posição final de mês dos créditos Extraconcursais (Pós pedido de RJ e por credor), em arquivo formato de Excel;	✓
Relatório de Garantias: Informações sobre garantias oferecidas em contratos financeiros e sua situação atual;	
Relação de contas a receber em Excel por Recuperanda, contendo: cliente, nota fiscal, data de vencimento e valor;	✓
Relatório detalhado das movimentações financeiras (entradas e saídas) dos últimos 12 meses, para entender melhor o fluxo de caixa;	✓
Relatório de Inadimplência: Análise das contas a receber com informações sobre clientes inadimplentes e ações tomadas para a recuperação dos créditos;	✓
Relatório analítico das contas pagas no mês de referência;	✓
Relatório analítico das contas a pagar pós pedidos de recuperação judicial;	✓
Cópia Contratos e Acordos firmados com fornecedores e clientes que possam impactar a situação financeira da empresa emitidos pós pedido da Recuperação Judicial, se for o caso.	N/A





INFORMAÇÕES GERAIS

CHECK-LIST DE DOCUMENTOS (ATÉ 30/06/2026)	
Documentos	Enviado
Detalhamento das Informações Tributárias	
Relação de Impostos a Pagar detalhada, incluindo aqueles que estão em discussão administrativa ou judicial, com informações sobre o status atual, incluindo aqueles que estão em discussão administrativa ou judicial, com informações sobre o status atual;	✓
Relação de impostos após pedido de Recuperação Judicial que se encontram vencidos em arquivo formato de Excel, contendo as informações: Tipo de imposto, competência, valor original, multas, juros, encargos e valor total;	✓
Guias de recolhimento acompanhadas dos comprovantes de pagamento dos tributos e contribuições, tanto correntes quanto parcelados. Caso não haja pagamentos, favor informar a descrição dos tributos, a data de vencimento e o valor correspondente;	N/A
Relatório fiscal da situação fiscal ("Diagnóstico Fiscal na Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional"),gerado pelo E-CAC, Situação fiscal prefeitura e prévia certidão estadual Paraná.	✓
Detalhamento das Informações Contábeis	
Balancete Mensal Analítico (nível 5) constando saldo inicial, débitos, créditos e saldo final, em arquivo formato de Excel; Mensalmente	✓
Demonstrações Financeiras - Balanço Patrimonial; Mensalmente	✓
Demonstrações Financeiras Demonstrativo de Resultado do Exercício; Mensalmente	✓
Demonstrações Financeiras - Demonstrativo de Fluxo de Caixa; Mensalmente	✓
Em cumprimento ao estabelecido no CNJ, além dos documentos constantes nos itens anteriores, letra "1" e "2" (em Excel), os mesmos documentos também deverão ser enviados em formato PDF, assinado pelo Contador;	✓
Declaração de faturamento do mesmo período; Mensalmente	✓
Razão mensal de todas as contas. Mensalmente	✓
Termo de Abertura e Encerramento do Livro razão devidamente assinado mês de Competência; Mensalmente	✓





INFORMAÇÕES GERAIS

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA RECUPERANDA

Ref.: Junho 2026

No mês de junho de 2026, a Recuperanda manteve a regular continuidade de suas atividades operacionais, não sendo identificadas alterações relevantes em relação ao período anterior. Permanece, contudo, no aguardo da homologação judicial do Plano de Recuperação Judicial, etapa considerada relevante para o prosseguimento das medidas de reestruturação econômico-financeira.

No âmbito operacional, foram realizadas as atividades rotineiras de manutenção da frota, compreendendo serviços de manutenção preventiva e corretiva em caminhões, substituição de pneus e reforma de carretas, visando à preservação das condições operacionais dos ativos.

Permanece pendente a regularização do veículo de placas BEZ-8I31 junto ao DETRAN, em razão da existência de bloqueio administrativo vinculado a débitos de ICMS, circunstância que inviabiliza a baixa do registro e, conseqüentemente, a negociação de uma rodo-caçamba vinculada à referida operação.

Durante o período, foi obtida a liberação dos bloqueios administrativos incidentes sobre determinadas carretas da frota. Todavia, permanecem vigentes os bloqueios judiciais determinados pelo Estado em decorrência de execuções fiscais relacionadas a débitos de ICMS, restringindo a plena disponibilidade desses bens.

Verificou-se, ainda, que veículos gravados com alienação fiduciária em favor de instituições financeiras permanecem submetidos a restrições registradas via RENAJUD, decorrentes das referidas execuções fiscais estaduais. Tal situação poderá dificultar eventuais negociações com os credores fiduciários ou mesmo a devolução dos bens às instituições financeiras, uma vez que os bloqueios impedem a transferência da propriedade, ainda que ocorra a quitação das obrigações garantidas e a baixa do gravame. Persistem, igualmente, restrições operacionais relacionadas ao acesso de parte da frota à zona portuária para coleta de contêineres, em razão dos bloqueios judiciais incidentes sobre determinadas placas dos veículos. Tais restrições decorrem das execuções fiscais referentes a débitos de ICMS, encontrando-se em andamento pedido de adesão a parcelamento especial, cujo deferimento permanece pendente.





INFORMAÇÕES GERAIS

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA RECUPERANDA

Ref.: Junho 2026

Foi iniciado procedimento visando à alienação de imóvel integrante de inventário, com o objetivo de viabilizar a captação de recursos destinados ao início das negociações com os credores sujeitos ao processo de Recuperação Judicial. Entretanto, a operação ainda depende de autorização do Juízo responsável pelo inventário, permanecendo a Recuperanda no aguardo das providências processuais conduzidas por seu departamento jurídico.

Unidade em Funcionamento:

No período em análise, a Recuperanda manteve suas operações concentradas exclusivamente na unidade matriz, localizada no município de Paranaguá/PR, onde se encontram centralizadas as atividades administrativas, operacionais, de gestão da frota e de manutenção dos veículos.

A unidade está instalada em imóvel locado, situado às margens da Rodovia BR-277, dispondo de infraestrutura adequada ao desenvolvimento de suas atividades, incluindo oficina mecânica, cinco boxes destinados à manutenção de caminhões, estrutura para realização de trocas de óleo e área destinada à lavagem da frota.

Estrutura Societária:

Conforme informações prestadas pela Recuperanda, a composição societária permaneceu inalterada no período, sendo a sociedade constituída por um único sócio, Fernando Salviano Mereci dos Reis, que detém a integralidade das quotas sociais e exerce a administração da empresa..





QUADRO DE COLABORADORES

RELAÇÃO DE COLABORADORES

Ref.: Junho 2026

A Recuperanda apresentou seu quadro de colaboradores no doc. 4, mov. 1.7 na inicial e tem apresentado mensalmente análise dos dados referentes aos cargos e funções de seus colaboradores. A posição referente ao mês de maio de 2026 encontra-se abaixo demonstrada:

CARGO/FUNÇÃO	2025									2026					
	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
Analista de RH	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Analista de Transporte	2	1	1	1		0	0	0							
Analista Administrativo						2	2	2	1	1	1	1	1	1	1
Analista financeiro	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Aprendiz	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Assistente Administrativo	3	3	3	3	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Auxiliar Administrativo	1	1	1	1	1										
Auxiliar de Gerenciador de Risco	2														
Auxiliar de Limpeza	3	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Auxiliar de manutenção	4	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Auxiliar de Mecânico I	1														
Auxiliar de Qualidade	1	1	1	1	1										
Auxiliar de RH	1	1	1	1											
Auxiliar de Transporte	4	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Encarregado de Manutenção	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Motorista	22	13	13	12	13	16	16	16	15	15	13	13	16	16	16
Socio	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
TOTAL DE COLABORADORES	49	29	29	28	26	30	30	30	28	28	26	26	29	29	29



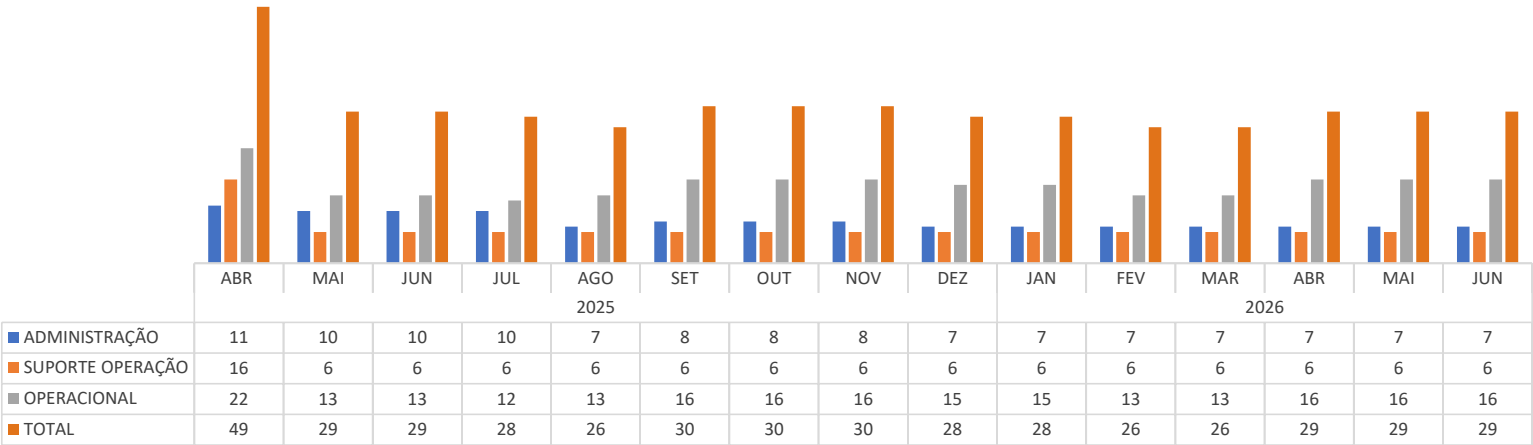
RELAÇÃO DE COLABORADORES – DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL

Ref.: Junho 2026

Em junho de 2026, a JRF Transportes e Containers Ltda. manteve estabilidade em seu quadro de colaboradores em relação ao mês anterior, preservando a estrutura de pessoal ajustada em decorrência das medidas de racionalização implementadas desde abril de 2025, por ocasião do pedido de Recuperação Judicial. O número de empregados permaneceu em 29 colaboradores, representando redução aproximada de 41% em comparação ao quadro existente antes da reestruturação, quando a empresa contava com 49 empregados.

As principais reduções ocorreram nas equipes de Suporte Operacional e Operacional, como parte das medidas adotadas para adequação da estrutura de custos e da capacidade operacional da Recuperanda. Desde setembro de 2025, o quadro funcional tem apresentado baixa variação, mantendo-se na faixa de 26 a 30 colaboradores. Em junho de 2026, verificou-se a manutenção do mesmo quantitativo registrado em maio de 2026, evidenciando estabilidade da força de trabalho e continuidade da estrutura operacional implementada após o processo de readequação.

QUADRO DE COLABORADORES





FATURAMENTO

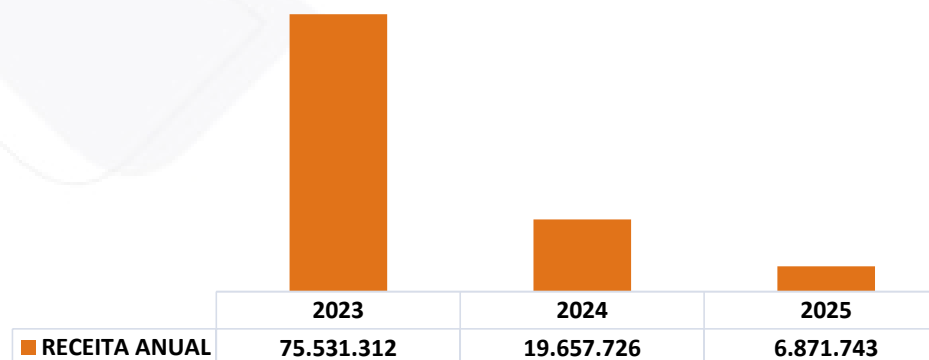
RECEITA ANUAL – PERÍODO: 2023 a 2025

Ref.: Junho 2026

A evolução do faturamento da JRF Transportes e Containers Ltda. demonstra acentuada redução do volume de receitas ao longo dos últimos três exercícios sociais, evidenciando a deterioração de sua capacidade operacional e financeira no período que antecedeu o pedido de Recuperação Judicial.

No exercício de 2023, a empresa auferiu receita bruta de R\$ 75,5 milhões. Em 2024, o faturamento foi reduzido para R\$ 19,7 milhões, correspondendo a uma retração aproximada de 74% em relação ao exercício anterior. Já em 2025, a receita totalizou R\$ 6,9 milhões, representando nova redução de aproximadamente 65% quando comparada a 2024.

Considerando o período compreendido entre 2023 e 2025, verifica-se redução acumulada superior a 90% no faturamento da Recuperanda. Esse desempenho reflete os impactos das restrições operacionais enfrentadas pela empresa, incluindo a redução da frota em operação, limitações decorrentes de bloqueios administrativos e judiciais, bem como os efeitos das execuções fiscais, fatores que comprometeram a capacidade de geração de receitas e a manutenção do nível de atividade. A expressiva retração do faturamento constitui um dos principais elementos que fundamentam o processo de Recuperação Judicial, evidenciando a necessidade da implementação de medidas voltadas à reestruturação operacional, ao restabelecimento da capacidade produtiva e à recuperação gradual do equilíbrio econômico-financeiro da sociedade empresária.





FATURAMENTO

ANÁLISE REFERENCIAL DE RECEITA ANUAL – PERÍODO: 2025 e 2026

Ref.: Junho 2026

A análise da evolução das receitas demonstra que a JRF Transportes e Containers Ltda. continuou enfrentando os reflexos da crise econômico-financeira mesmo após o deferimento do processamento da Recuperação Judicial, ocorrido em abril de 2025. Naquele mês, a empresa registrou faturamento de apenas R\$ 222,3 mil, um dos menores níveis do exercício, evidenciando o impacto das restrições operacionais, da redução da frota em atividade e das dificuldades financeiras enfrentadas naquele período.

Nos meses subsequentes ao pedido de Recuperação Judicial observou-se gradual recuperação do volume de receitas. Entre julho e dezembro de 2025, o faturamento apresentou evolução relativamente consistente, passando de R\$ 520,2 mil em julho para R\$ 889,1 mil em outubro, maior receita mensal do exercício, encerrando o ano com faturamento anual de R\$ 6,87 milhões. Embora essa evolução demonstre recuperação parcial da capacidade operacional, os valores permaneceram significativamente inferiores aos patamares históricos registrados antes da crise.

No exercício de 2026, verifica-se continuidade da tendência de recuperação operacional. No primeiro semestre, a Recuperanda alcançou receita acumulada de R\$ 3,96 milhões, correspondente a aproximadamente 58% de todo o faturamento obtido em 2025, indicando desempenho superior ao observado no mesmo estágio do exercício anterior. Destaca-se que, após oscilações nos meses de janeiro e fevereiro, a receita voltou a apresentar trajetória de crescimento, atingindo R\$ 781,6 mil em março, R\$ 648,9 mil em abril, R\$ 685,8 mil em maio e R\$ 798,2 mil em junho, evidenciando maior regularidade na geração de receitas.

Sob a perspectiva comparativa, observa-se que, entre abril e junho de 2025, período imediatamente posterior ao pedido de Recuperação Judicial, a empresa faturou R\$ 893,8 mil, enquanto no mesmo intervalo de 2026 o faturamento alcançou R\$ 2,13 milhões, representando crescimento aproximado de 138%. Esse desempenho evidencia melhora gradual da atividade operacional, ainda que a empresa permaneça distante da capacidade de faturamento observada antes da crise.

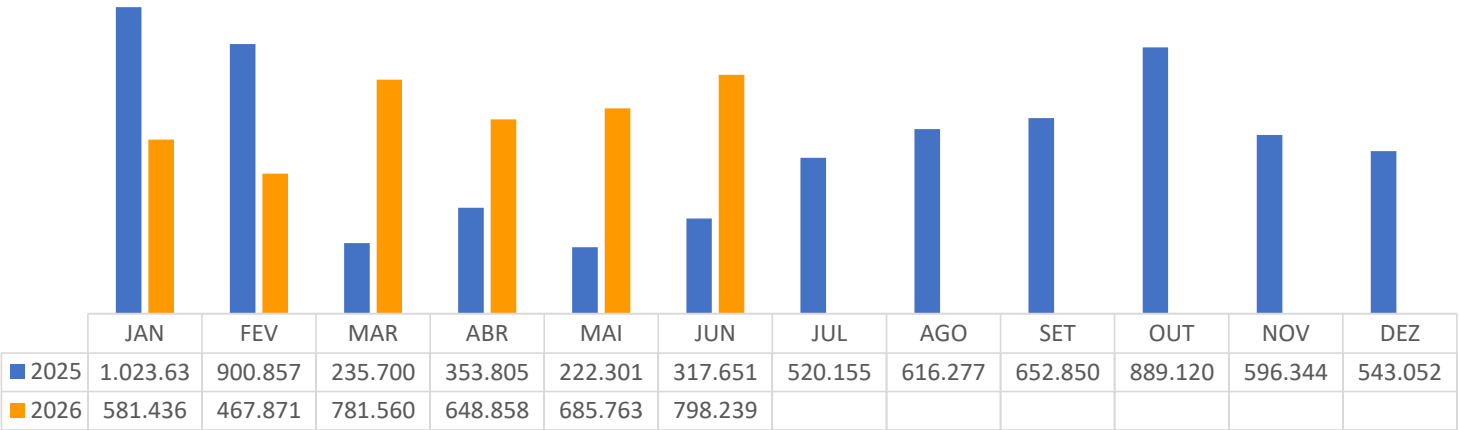


ANÁLISE REFERENCIAL DE RECEITA ANUAL – PERÍODO: 2025 e 2026

Ref.: Junho 2026

Apesar da evolução verificada ao longo dos últimos doze meses, a geração de receitas ainda se mostra insuficiente para restabelecer integralmente o equilíbrio econômico-financeiro da Recuperanda, permanecendo necessária a continuidade das medidas de reestruturação operacional e financeira previstas no processo de Recuperação Judicial, bem como a superação das restrições administrativas e judiciais que ainda limitam a utilização integral da frota e a expansão das operações.

RECEITA MENSAL 2025 - 2026
JRF TRANSPORTES E CONTAINERS LTDA



FATURAMENTO



POSIÇÃO CONTÁBIL E PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial é uma ferramenta essencial para a avaliação da saúde financeira de uma empresa, apresentando de forma clara e estruturada a posição patrimonial e econômica da entidade em um determinado momento. Essa demonstração contábil detalha os ativos (bens e direitos), os passivos (obrigações) e o patrimônio líquido (diferença entre ativos e passivos), permitindo uma visão abrangente sobre os recursos controlados e as obrigações assumidas pela organização. A análise do balanço ao longo do tempo possibilita identificar tendências de crescimento ou retração, como aumento de ativos, redução de passivos ou variações no patrimônio líquido. Esses indicadores auxiliam na detecção de sinais de alerta, como o crescimento excessivo das dívidas, a redução da liquidez ou o comprometimento da estrutura de capital e oferecem subsídios para a tomada de decisões estratégicas.

Além disso, o balanço patrimonial permite avaliar a eficiência da gestão dos recursos, a capacidade de pagamento de obrigações futuras e a sustentabilidade financeira da empresa. Quando utilizado de forma contínua e integrada a outras demonstrações contábeis, como a DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) e o fluxo de caixa, torna-se uma poderosa ferramenta de gestão e controle.

A fundamentação legal encontra-se na Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações) Art. 176, o qual estabelece a obrigatoriedade da elaboração do balanço patrimonial e define sua estrutura mínima; a resolução CFC nº 1.185/2009: aprova a NBC TG 26 que trata da apresentação das Demonstrações Contábeis, com diretrizes sobre a estrutura e apresentação do balanço, como também, no regulamento do Imposto de Renda (RIR/2018) que disciplina obrigações acessórias e critérios fiscais relacionados à escrituração contábil.

Portanto, o balanço patrimonial não é apenas uma exigência legal, mas uma ferramenta estratégica indispensável para gestores, investidores, credores e órgãos reguladores, servindo como base para avaliação de desempenho, planejamento financeiro e identificação de oportunidades de melhoria contínua.



BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO

Ref.: Junho 2026

Balanço Patrimonial - ATIVO

ATIVO	2025	2026						AV %	AH % mês anterior
	ABR (RJ)	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN		
Circulante									
Caixa	2.483	1.695	1.695	1.695	1.695	1.695	8.781	0,36%	418,19%
Bancos	16.773	53.059	47.870	33.118	38.271	12.695	38.273	1,55%	201,48%
Aplicações	51.219	108.643	108.643	101.640	108.261	108.261	108.261	4,39%	0,00%
Duplicatas a receber	2.387.651	113.236	166.602	190.687	168.886	200.012	170.197	6,89%	-14,91%
Adiantamentos Funcionários	28.776	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%
Adiantamentos Fornecedores		4.979	25.000	2.569	1.260	15.000	5.500	0,22%	-63,33%
Tributos a Recuperar	203.197	208.334	208.334	208.334	208.334	208.334	208.334	8,44%	0,00%
Titulos a receber	13.639	13.639	13.639	13.639	13.639	13.639	13.639	0,55%	0,00%
Despesa de Exercício Seguinte	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%
Consórcios	68.833	68.833	68.833	68.833	68.833	68.833	68.833	2,79%	0,00%
Total do Ativo Circulante	2.772.571	572.417	640.616	620.515	609.179	628.469	621.818	25,19%	-1,06%
Não Circulante									
Créditos Diversos	114	114	114	114	114	114	114	0,00%	0,00%
Empréstimos a Sócios	176.060	176.060	176.060	176.060	176.060	176.060	176.060	7,13%	0,00%
Veículos	25.236.425	25.236.425	25.236.425	25.236.425	25.236.425	25.236.425	25.236.425	1022,22%	0,00%
Máquinas e Equipamentos	2.384.656	2.384.656	2.384.656	2.384.656	2.384.656	2.384.656	2.384.656	96,59%	0,00%
Móveis e Utensílios	74.944	74.944	74.944	74.944	74.944	74.944	74.944	3,04%	0,00%
Computadores e Periféricos	60.231	60.231	60.231	60.231	60.231	60.231	60.231	2,44%	0,00%
Depreciação Acumulada (-)	(20.805.611)	(24.326.523)	(24.715.984)	(25.105.445)	(25.462.460)	(25.774.895)	(26.085.466)	-1056,61%	1,20%
Total do Ativo Não Circulante	7.126.818	3.605.907	3.216.445	2.826.984	2.469.969	2.157.535	1.846.963	74,81%	-14,39%
Total do Ativo	9.899.389	4.178.324	3.857.061	3.447.499	3.079.148	2.786.003	2.468.781	100,00%	-11,39%

Fonte: relatórios contábeis da Recuperanda



BALANÇO PATRIMONIAL – ANÁLISE DO ATIVO

Ref.: Junho 2026

Em junho de 2026, o ativo total da JRF Transportes e Containers Ltda. totalizou R\$ 2.468.781, representando redução de 11,39% em relação ao mês anterior (R\$ 2.786.003). A diminuição decorre, principalmente, da redução do ativo não circulante, em razão da evolução da depreciação acumulada incidente sobre a frota de veículos e demais ativos imobilizados.

O Ativo Circulante encerrou o período em R\$ 621.818, equivalente a 25,19% do ativo total, apresentando discreta redução de 1,06% em comparação ao mês de maio. A composição do circulante permanece concentrada em créditos tributários, aplicações financeiras e contas a receber.

As disponibilidades apresentaram comportamento positivo no período. O saldo de Caixa passou de R\$ 1.695 para R\$ 8.781, enquanto a rubrica Bancos evoluiu de R\$ 12.695 para R\$ 38.273, refletindo incremento da liquidez imediata decorrente do ingresso de recursos durante o mês. As Aplicações Financeiras permaneceram inalteradas em R\$ 108.261, demonstrando estabilidade dos recursos aplicados.

As Duplicatas a Receber totalizaram R\$ 170.197, registrando redução de 14,91% em relação ao mês anterior. A variação decorre da realização parcial dos créditos comerciais e do menor volume de contas a receber ao final do período, sem comprometer a continuidade operacional da empresa.

A conta de Adiantamentos a Fornecedores reduziu-se de R\$ 15.000 para R\$ 5.500, evidenciando a utilização ou liquidação de valores anteriormente antecipados. As rubricas Tributos a Recuperar (R\$ 208.334), Títulos a Receber (R\$ 13.639) e Consórcios (R\$ 68.833) permaneceram inalteradas, indicando ausência de movimentações relevantes nesses grupos patrimoniais.

O Ativo Não Circulante totalizou R\$ 1.846.963, correspondendo a 74,81% do ativo total e apresentando redução de 14,39% em relação ao mês anterior. A principal causa dessa variação continua sendo o reconhecimento sistemático da depreciação do ativo imobilizado.



BALANÇO PATRIMONIAL – ANÁLISE DO ATIVO

Ref.: Junho 2026



**POSIÇÃO
CONTÁBIL E
PATRIMONIAL**

O Imobilizado permanece concentrado na frota de veículos, registrada pelo valor histórico de R\$ 25.236.425, além de Máquinas e Equipamentos (R\$ 2.384.656), Móveis e Utensílios (R\$ 74.944) e Computadores e Periféricos (R\$ 60.231), cujos saldos permaneceram inalterados durante o período. Em contrapartida, a Depreciação Acumulada atingiu R\$ 26.085.466, com acréscimo de 1,20% em relação ao mês anterior, reduzindo progressivamente o valor contábil líquido do ativo imobilizado.

Observa-se, ainda, a manutenção da conta Empréstimos a Sócios no montante de R\$ 176.060, sem movimentações no período, representando aproximadamente 7,13% do ativo total.

A estrutura patrimonial evidencia que a Recuperanda permanece fortemente concentrada em ativos imobilizados, especialmente na frota de veículos utilizada em suas operações. Entretanto, o elevado nível de depreciação acumulada reduz significativamente o valor contábil desses bens, enquanto o ativo circulante mantém volume limitado de recursos de curto prazo, circunstância que reforça a necessidade de continuidade das medidas de recuperação da capacidade operacional e financeira da empresa.



BALANÇO PATRIMONIAL – COMPOSIÇÃO DO ATIVO

Ref.: Junho 2026

Em junho de 2026, o ativo da JRF Transportes e Containers Ltda. totalizou aproximadamente R\$ 2,47 milhões, sendo composto por Ativo Circulante de R\$ 621,8 mil, Ativo Não Circulante de R\$ 176,2 mil e Ativo Permanente de R\$ 1,67 milhão.

A estrutura patrimonial permanece concentrada no Ativo Permanente, que representa aproximadamente 67,7% do ativo total, evidenciando que a maior parcela dos recursos da empresa continua aplicada em bens destinados ao desenvolvimento de suas atividades operacionais, especialmente na frota de veículos e demais ativos imobilizados. O Ativo Circulante corresponde a 25,2% do patrimônio, reunindo os ativos de maior liquidez destinados ao financiamento das operações de curto prazo, enquanto o Ativo Não Circulante representa 7,1% do total, mantendo participação reduzida na composição patrimonial.

De forma geral, a composição patrimonial permanece compatível com a atividade desenvolvida pela Recuperanda, caracterizada pela elevada participação de ativos de baixa liquidez. Nesse contexto, a manutenção da capacidade operacional e da liquidez financeira continua diretamente vinculada à geração de receitas e de fluxo de caixa operacional, fatores essenciais para o cumprimento das obrigações correntes e para o avanço das medidas de reestruturação previstas no processo de Recuperação Judicial.



**POSIÇÃO
CONTÁBIL E
PATRIMONIAL**



BALANÇO PATRIMONIAL – VARIAÇÃO DO ATIVO

Ref.: Junho 2026

CONTA	VALORES EXPRESSOS EM R\$			VARIAÇÃO %
	ABR (RJ)	JUN/ 26	VARIAÇÃO ABSOLUTA	
Caixa	2.483	8.781	6.299	253,71%
Bancos	16.773	38.273	21.500	128,18%
Aplicações	51.219	108.261	57.042	111,37%
Duplicatas a receber	2.387.651	170.197	-2.217.455	-92,87%
Adiantamentos Funcionários	28.776	0	-28.776	-100,00%
Adiantamentos Fornecedores	0	5.500	5.500	100,00%
Tributos a Recuperar	203.197	208.334	5.136	2,53%
Titulos a receber	13.639	13.639	0	0,00%
Consórcios	68.833	68.833	0	0,00%
Créditos Diversos	114	114	0	0,00%
Empréstimos a Sócios	176.060	176.060	0	0,00%
Veículos	25.236.425	25.236.425	0	0,00%
Máquinas e Equipamentos	2.384.656	2.384.656	0	0,00%
Móveis e Utensílios	74.944	74.944	0	0,00%
Computadores e Periféricos	60.231	60.231	0	0,00%
Depreciação Acumulada (-)	-20.805.611	-26.085.466	-5.279.855	25,38%
TOTAL ATIVO	9.899.389	2.468.781	-7.430.608	-75,06%

POSIÇÃO
CONTÁBIL E
PATRIMONIAL



BALANÇO PATRIMONIAL – VARIAÇÃO DO ATIVO

Ref.: Junho 2026

A evolução patrimonial da JRF Transportes e Containers Ltda. demonstra que, entre o pedido de Recuperação Judicial, em abril de 2025, e o encerramento do mês de junho de 2026, o ativo total foi reduzido de R\$ 9.899.389 para R\$ 2.468.781, representando uma variação negativa de R\$ 7.430.608, equivalente a 75,06%.

A principal redução ocorreu no Ativo Circulante, especialmente na rubrica Duplicatas a Receber, cujo saldo passou de R\$ 2.387.651 para R\$ 170.197, representando diminuição de R\$ 2.217.455 (-92,87%). Essa variação evidencia a significativa redução da carteira de clientes e do volume de operações comerciais, compatível com a expressiva retração do faturamento observada após o agravamento da crise econômico-financeira que culminou no pedido de Recuperação Judicial.

Em sentido oposto, as disponibilidades apresentaram evolução positiva ao longo do período. O saldo de Caixa aumentou de R\$ 2.483 para R\$ 8.781 (253,71%), enquanto a conta Bancos evoluiu de R\$ 16.773 para R\$ 38.273 (128,18%). As Aplicações Financeiras também registraram crescimento, passando de R\$ 51.219 para R\$ 108.261, acréscimo de 111,37%, indicando melhora da liquidez imediata em comparação ao momento do ajuizamento da Recuperação Judicial, ainda que em valores absolutos pouco representativos diante das necessidades operacionais da empresa.

As contas Tributos a Recuperar, Títulos a Receber, Consórcios, Créditos Diversos e Empréstimos a Sócios permaneceram praticamente inalteradas durante todo o período analisado, demonstrando estabilidade desses ativos e ausência de movimentações relevantes.

No Ativo Imobilizado, observa-se que os valores históricos registrados para Veículos, Máquinas e Equipamentos, Móveis e Utensílios e Computadores e Periféricos permaneceram inalterados, indicando que não houve aquisições ou baixas relevantes de bens permanentes após o pedido de Recuperação Judicial. Entretanto, a Depreciação Acumulada aumentou de R\$ 20.805.611 para R\$ 26.085.466, acréscimo de R\$ 5.279.855 (25,38%), reduzindo significativamente o valor contábil líquido do ativo permanente.

Sob a perspectiva patrimonial, verifica-se que a redução do ativo total não decorre da alienação dos principais meios operacionais, mas principalmente da combinação entre a expressiva redução dos ativos circulantes — em especial das contas a receber — e do reconhecimento contínuo da depreciação do imobilizado. Os ativos essenciais à atividade de transporte



**POSIÇÃO
CONTÁBIL E
PATRIMONIAL**



BALANÇO PATRIMONIAL – VARIAÇÃO DO ATIVO

Ref.: Junho 2026

Sob a perspectiva patrimonial, verifica-se que a redução do ativo total não decorre da alienação dos principais bens operacionais, mas principalmente da combinação entre a expressiva redução dos ativos circulantes em especial das contas a receber e do reconhecimento contínuo da depreciação do imobilizado. Os ativos essenciais à atividade de transporte permanecem registrados na contabilidade, evidenciando a manutenção da estrutura operacional da Recuperanda.

A comparação entre o início da Recuperação Judicial e junho de 2026 demonstra que a empresa preservou sua base operacional, porém passou a operar com um nível significativamente menor de capital de giro e de ativos líquidos. A evolução patrimonial confirma o processo de ajuste financeiro vivenciado pela Recuperanda, ao mesmo tempo em que evidencia a necessidade de continuidade da recuperação das receitas e da geração de caixa para recomposição gradual de sua capacidade econômico-financeira.



**POSIÇÃO
CONTÁBIL E
PATRIMONIAL**



BALANÇO PATRIMONIAL – PASSIVO

Ref.: Junho 2026

Balanço Patrimonial - PASSIVO

PASSIVO	2025	2026						AV %	AH % mês anterior
	ABR (RJ)	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN		
Circulante									
Fornecedores	11.470.242	182.852	194.909	307.715	334.678	413.818	637.580	25,83%	54,07%
Empréstimos e Financiamentos	5.482.734	4.379.926	4.380.223	4.373.738	4.382.829	4.145.675	4.155.186	168,31%	0,23%
Obrigações Trabalhistas	1.153.327	1.007.840	1.017.415	1.098.454	1.138.498	1.419.853	1.450.352	58,75%	2,15%
Obrigações Tributárias	5.595.793	5.629.783	5.630.948	5.632.208	5.633.410	5.634.586	5.635.776	228,28%	0,02%
Provisões Trabalhistas	70.751	247.656	257.456	364.197	392.177	408.665	501.353	20,31%	22,68%
Parcelamentos	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%
Outras contas	5.958.692	38.449	60.685	38.449	38.449	38.449	38.996	1,58%	1,42%
Empréstimos de Terceiros	1.232.192	1.035.576	1.033.576	1.033.576	1.031.224	1.031.224	1.033.724	41,87%	0,24%
Total Circulante	30.963.731	12.522.083	12.575.213	12.848.337	12.951.265	13.092.271	13.452.967	544,92%	2,76%
Não Circulante									
Empréstimos e Financiamentos	17.929.870	8.700.477	7.874.860	7.874.860	7.874.860	7.874.860	7.874.860	318,98%	0,00%
Empréstimos Sócios e Diretores	220.000	754.617	825.617	840.510	861.746	861.746	838.287	33,96%	-2,72%
Classe I	-	4.618.282	4.618.282	4.618.282	4.618.282	4.618.282	4.618.282	187,07%	0,00%
Classe III	-	8.903.009	8.903.009	8.903.009	8.903.009	8.903.009	8.903.009	360,62%	0,00%
Classe IV	-	783.597	783.597	783.597	783.597	783.597	783.597	31,74%	0,00%
Passivo Não Circulante	18.149.870	23.759.982	23.005.365	23.020.258	23.041.494	23.041.494	23.018.035	932,36%	-0,10%
Patrimônio Líquido									
Capital Social	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	20,25%	0,00%
Ajustes de Exerc. Anteriores	(587.002)	(587.002)	(587.002)	(587.002)	(587.002)	(587.002)	(587.002)	-23,78%	0,00%
Resultado do Exercício	(39.127.209)	(32.016.739)	(31.636.514)	(32.334.094)	(32.826.608)	(33.260.759)	(33.915.220)	-1373,76%	1,97%
Total Patrimônio Líquido	(39.214.212)	(32.103.741)	(31.723.517)	(32.421.096)	(32.913.611)	(33.347.762)	(34.002.222)	-1377,29%	1,96%
Passivo	9.899.389	4.178.324	3.857.061	3.447.499	3.079.148	2.786.003	2.468.781	100,00%	-11,39%

Fonte: relatórios contábeis da Recuperanda



BALANÇO PATRIMONIAL – ANÁLISE DO PASSIVO

Ref.: Junho 2026

O Passivo Circulante totalizou R\$ 13,092 milhões, registrando crescimento de 1,09% em relação ao mês anterior, enquanto o Passivo Não Circulante permaneceu em R\$ 23,041 milhões, sem variações relevantes.

Em junho de 2026, o passivo da JRF Transportes e Containers Ltda. manteve estrutura fortemente concentrada em obrigações exigíveis, evidenciando elevado grau de endividamento e patrimônio líquido negativo. O Passivo Circulante totalizou R\$ 13.452.967, correspondendo a aproximadamente 544,92% do ativo total, enquanto o Passivo Não Circulante atingiu R\$ 23.018.035, equivalente a 932,36% do ativo. Em contrapartida, o Patrimônio Líquido permaneceu negativo em R\$ 34.002.222, refletindo a manutenção da insuficiência patrimonial da Recuperanda.

No Passivo Circulante, destaca-se o crescimento da conta Fornecedores, que passou de R\$ 413.818 em maio para R\$ 637.580 em junho, representando aumento de 54,07%. A variação indica ampliação das obrigações comerciais de curto prazo, compatível com o incremento das operações e da aquisição de bens e serviços necessários à continuidade das atividades.

A rubrica Empréstimos e Financiamentos apresentou estabilidade, encerrando o período em R\$ 4.155.186, com variação positiva de apenas 0,23% em relação ao mês anterior. As Obrigações Trabalhistas alcançaram R\$ 1.450.352, registrando crescimento de 2,15%, enquanto as Provisões Trabalhistas aumentaram de R\$ 408.665 para R\$ 501.353, acréscimo de 22,68%, demonstrando a continuidade do reconhecimento contábil das provisões relacionadas aos encargos trabalhistas.

As Obrigações Tributárias permaneceram praticamente inalteradas, totalizando R\$ 5.635.776, mantendo-se como a principal obrigação de curto prazo da Recuperanda e evidenciando a elevada exposição fiscal da empresa. Da mesma forma, a conta Empréstimos de Terceiros apresentou pequena variação positiva, encerrando o mês em R\$ 1.033.724, sem alterações relevantes na composição do passivo.



**POSIÇÃO
CONTÁBIL E
PATRIMONIAL**

 **Fatto**
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJZDP 75ZS9 FNRLN KFFWD

BALANÇO PATRIMONIAL – ANÁLISE DO PASSIVO

Ref.: Junho 2026



**POSIÇÃO
CONTÁBIL E
PATRIMONIAL**

No Passivo Não Circulante, observa-se estabilidade das principais obrigações. Os Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo permaneceram registrados em R\$ 7.874.860, enquanto os créditos sujeitos ao processo de Recuperação Judicial classificados nas Classes I, III e IV permaneceram inalterados em R\$ 4.618.282, R\$ 8.903.009 e R\$ 783.597, respectivamente. Apenas a conta Empréstimos de Sócios e Diretores apresentou redução de 2,72%, encerrando o período em R\$ 838.287.

O Patrimônio Líquido permaneceu negativo, passando de R\$ 33.347.762 negativos em maio para R\$ 34.002.222 negativos em junho, reflexo do prejuízo apurado no exercício. O Resultado do Exercício acumulado atingiu R\$ 33.915.220 negativos, evidenciando que os resultados operacionais ainda não foram suficientes para recompor o patrimônio da sociedade.

Evolução desde o Pedido de Recuperação Judicial

Comparando-se a posição patrimonial de abril de 2025, data do pedido de Recuperação Judicial, com junho de 2026, observa-se importante alteração na composição do passivo. O Passivo Circulante foi reduzido de R\$ 30.963.731 para R\$ 13.452.967, representando diminuição de aproximadamente 56,6%, decorrente principalmente da reclassificação das obrigações sujeitas à Recuperação Judicial para o longo prazo, conforme as normas contábeis aplicáveis.

Essa reclassificação pode ser observada pela constituição, em 2026, das contas específicas correspondentes aos créditos concursais (Classe I, Classe III e Classe IV), registradas no Passivo Não Circulante, refletindo adequadamente a natureza e a exigibilidade das obrigações submetidas ao processo recuperacional.

Embora tenha ocorrido redução do passivo exigível de curto prazo, a empresa continua apresentando elevada concentração de obrigações tributárias, financeiras e trabalhistas, além de patrimônio líquido fortemente negativo. Esse cenário evidencia que, apesar da reorganização contábil promovida pelo processamento da Recuperação Judicial, a recuperação do equilíbrio patrimonial dependerá da efetiva geração de resultados operacionais positivos, da aprovação e cumprimento do Plano de Recuperação Judicial e da gradual redução do endividamento ao longo dos próximos exercícios.

Fatto
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL



BALANÇO PATRIMONIAL – COMPOSIÇÃO DO PASSIVO

Ref.: Junho 2026

Em junho de 2026, a estrutura patrimonial da JRF Transportes e Containers Ltda. permaneceu caracterizada pela elevada concentração de obrigações exigíveis e pela manutenção de patrimônio líquido negativo. O Passivo Circulante totalizou R\$ 13.452.967, enquanto o Passivo Não Circulante alcançou R\$ 23.018.035, ao passo que o Patrimônio Líquido permaneceu negativo em R\$ 34.002.222.

A composição do passivo demonstra que as obrigações de longo prazo representam a maior parcela do endividamento da Recuperanda, concentrando aproximadamente 63,1% do passivo exigível, enquanto o Passivo Circulante corresponde a cerca de 36,9%. Essa configuração decorre, principalmente, da reclassificação dos créditos sujeitos à Recuperação Judicial para o Passivo Não Circulante, em conformidade com a natureza de exigibilidade dessas obrigações.

O Passivo Circulante permanece composto, principalmente, por obrigações tributárias, empréstimos e financiamentos, fornecedores e obrigações trabalhistas, evidenciando que a empresa ainda enfrenta significativa pressão sobre seu capital de giro. Já o Passivo Não Circulante concentra os financiamentos de longo prazo e os créditos concursais classificados nas Classes I, III e IV da Lei nº 11.101/2005, refletindo a estrutura das obrigações submetidas ao processo recuperacional.

O Patrimônio Líquido negativo, superior a R\$ 34 milhões, evidencia que o montante das obrigações permanece substancialmente superior ao total dos ativos da Recuperanda, caracterizando situação de insuficiência patrimonial. Essa condição decorre dos prejuízos acumulados ao longo dos exercícios e demonstra que a empresa ainda não alcançou resultados capazes de recompor seu patrimônio líquido.



**POSIÇÃO
CONTÁBIL E
PATRIMONIAL**



BALANÇO PATRIMONIAL – VARIAÇÃO DO PASSIVO

Ref.: Junho 2026

CONTA	VALORES EXPRESSOS EM R\$			VARIAÇÃO %
	ABR (RJ)	JUN/ 26	VARIAÇÃO ABSOLUTA	
Fornecedores	11.470.242	637.580	-10.832.662	-94,44%
Empréstimos e Financiamentos	5.482.734	4.155.186	-1.327.548	-24,21%
Obrigações Trabalhistas	1.153.327	1.450.352	297.025	25,75%
Obrigações Tributárias	5.595.793	5.635.776	39.982	0,71%
Provisões Trabalhistas	70.751	501.353	430.603	608,62%
Outras contas	5.958.692	38.996	-5.919.697	-99,35%
Empréstimos de Terceiros	1.232.192	1.033.724	-198.467	-16,11%
Empréstimos e Financiamentos	17.929.870	7.874.860	-10.055.010	-56,08%
Empréstimos Sócios e Diretores	220.000	838.287	618.287	281,04%
Classe I	0	4.618.282	4.618.282	100,00%
Classe III	0	8.903.009	8.903.009	100,00%
Classe IV	0	783.597	783.597	100,00%
Capital Social	500.000	500.000	0	0,00%
Ajustes de Exerc. Anteriores	(587.002)	(587.002)	0	0,00%
Resultado do Exercício	(39.127.209)	(33.915.220)	5.211.990	-13,32%
TOTAL PASSIVO	9.899.389	2.468.781	-7.430.608	-75,06%

POSIÇÃO
CONTÁBIL E
PATRIMONIAL



BALANÇO PATRIMONIAL – VARIAÇÃO DO PASSIVO

Ref.: Junho 2026

A comparação da estrutura do passivo entre abril de 2025, data do pedido de Recuperação Judicial, e junho de 2026 evidencia relevantes alterações na composição das obrigações da Recuperanda, decorrentes tanto da reclassificação dos créditos sujeitos ao processo recuperacional quanto da evolução das obrigações operacionais e financeiras.

No Passivo Circulante, observa-se expressiva redução da conta Fornecedores, que passou de R\$ 11.470.242 para R\$ 637.580, representando diminuição de R\$ 10.832.662 (-94,44%). Essa variação decorre, principalmente, da reclassificação dos créditos sujeitos à Recuperação Judicial e da redução do volume de operações comerciais ao longo do período.

A Conta Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo apresentou redução de 24,21%, passando de R\$ 5.482.734 para R\$ 4.155.186, indicando diminuição parcial das obrigações financeiras de exigibilidade imediata.

Em sentido oposto, as Obrigações Trabalhistas aumentaram de R\$ 1.153.327 para R\$ 1.450.352, correspondendo a acréscimo de 25,75%, enquanto as Provisões Trabalhistas evoluíram de R\$ 70.751 para R\$ 501.353, registrando crescimento de 608,62%. Esse comportamento evidencia maior reconhecimento contábil das obrigações decorrentes de férias, décimo terceiro salário e demais encargos trabalhistas, promovendo maior aderência das demonstrações contábeis ao regime de competência.

As Obrigações Tributárias permaneceram praticamente estáveis durante o período, passando de R\$ 5.595.793 para R\$ 5.635.776, acréscimo de apenas 0,71%, demonstrando que o passivo fiscal permanece elevado e continua representando uma das principais obrigações da Recuperanda.

A conta Outras Contas apresentou redução de 99,35%, passando de R\$ 5.958.692 para R\$ 38.996, indicando reclassificações contábeis relevantes e maior segregação das obrigações patrimoniais. Da mesma forma, os Empréstimos de Terceiros reduziram-se 16,11%, encerrando o período em R\$ 1.033.724.



**POSIÇÃO
CONTÁBIL E
PATRIMONIAL**

Fatto
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJZDP 75ZS9 FNRLN KFFWD

BALANÇO PATRIMONIAL – VARIAÇÃO DO PASSIVO

Ref.: Junho 2026

No Passivo Não Circulante, os Empréstimos e Financiamentos passaram de R\$ 17.929.870 para R\$ 7.874.860, redução de 56,08%, refletindo renegociações, reclassificações ou amortizações ocorridas no período.

Verifica-se o reconhecimento das obrigações concursais decorrentes do processamento da Recuperação Judicial, representadas pelas contas Classe I (R\$ 4.618.282), Classe III (R\$ 8.903.009) e Classe IV (R\$ 783.597), inexistentes na data do pedido. Essas rubricas representam a individualização contábil dos créditos sujeitos aos efeitos da Lei nº 11.101/2005, proporcionando maior transparência quanto à composição do passivo concursal.

A conta Empréstimos de Sócios e Diretores apresentou crescimento de 281,04%, passando de R\$ 220.000 para R\$ 838.287, indicando incremento dos recursos disponibilizados pelos sócios para apoio financeiro às operações da Recuperanda, situação frequentemente observada em empresas submetidas à recuperação judicial.

No Patrimônio Líquido, observa-se manutenção do Capital Social em R\$ 500.000 e dos Ajustes de Exercícios Anteriores em R\$ 587.002 negativos, sem alterações no período. O Resultado do Exercício, embora ainda negativo, apresentou melhora em relação ao momento do pedido de Recuperação Judicial, passando de R\$ 39.127.209 negativos para R\$ 33.915.220 negativos, correspondendo à redução do prejuízo acumulado em R\$ 5.211.990, equivalente a 13,32%.

A evolução do passivo demonstra que a Recuperanda promoveu importante reorganização da estrutura de suas obrigações após o processamento da Recuperação Judicial, com redução das exigibilidades originalmente registradas no curto prazo, reconhecimento específico dos créditos concursais e maior adequação da classificação contábil das obrigações. Todavia, permanece elevado o nível de endividamento, especialmente em relação às obrigações tributárias, financeiras e trabalhistas, bem como o patrimônio líquido negativo, fatores que evidenciam a necessidade de continuidade das medidas de reestruturação previstas no Plano de Recuperação Judicial e da geração de resultados operacionais positivos para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da sociedade.



POSIÇÃO
CONTÁBIL E
PATRIMONIAL



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJZDP 75ZS9 FNRLN KFFWD

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Ref.: Junho 2026

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO (R\$)	2025	2026					
	Abril (RJ)	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
(+) Receita Operacional Bruta	2.516.016	581.436	1.049.308	1.830.868	2.479.726	3.165.489	3.963.728
Receitas de Serviços de Transporte	2.516.016	581.436	1.049.308	1.830.868	2.479.726	3.165.489	3.963.728
(=) Receitas Operacionais Líquidas	2.341.872	581.436	1.049.308	1.830.868	2.479.726	3.165.489	3.963.728
(-) Custos De Mercadorias Vendidas (CMV)	(1.841.404)	(344.790)	(561.697)	(1.028.792)	(1.392.574)	(1.808.623)	(2.353.437)
(-) Custos de Serviços de Transporte	(1.841.404)	(344.790)	(561.697)	(1.028.792)	(1.392.574)	(1.808.623)	(2.353.437)
(=) Lucro Operacional Bruto	500.469	236.647	487.611	802.076	1.087.152	1.356.865	1.610.291
% Margem Operacional Bruta	21,37 %	40,70 %	46,47 %	43,81 %	43,84 %	42,86 %	40,63 %
(-) Despesas Operacionais	(4.212.840)	(867.822)	(1.566.061)	(2.607.912)	(3.353.615)	(4.040.808)	(4.963.053)
(-) Despesas Operacionais	(2.549.351)	(478.361)	(787.138)	(1.439.528)	(1.828.217)	(2.202.975)	(2.814.648)
(-) Depreciação	(1.663.489)	(389.461)	(778.923)	(1.168.384)	(1.525.398)	(1.837.833)	(2.148.405)
(=) Lucro Operacional	(3.712.371)	(631.175)	(1.078.450)	(1.805.836)	(2.266.464)	(2.683.943)	(3.352.762)
% Lucro Operacional	-158,52 %	-108,55 %	-102,78 %	-98,63 %	-91,40 %	-84,79 %	-84,59 %
(+/-) Despesas/Receitas Não Operacionais	(106.326)	24.781	22.377	(719)	12.228	(6.183)	14.891
(+/-) Resultado Financeiro	(226.249)	(27.966)	(30.369)	(54.921)	(61.974)	(80.385)	(80.385)
(+/-) Resultado Nao Operacional	119.922	52.746	52.746	54.202	74.202	74.202	95.276
(=) Resultado Antes Provisão de IRPJ e CSLL	(3.818.698)	(606.395)	(1.056.073)	(1.806.554)	(2.254.235)	(2.690.125)	(3.337.871)
(=) Lucro/Prejuízo Líquido	(3.818.698)	(606.395)	(1.056.073)	(1.806.554)	(2.254.235)	(2.690.125)	(3.337.871)

Fonte: relatórios contábeis da Recuperanda





POSIÇÃO CONTÁBIL E PATRIMONIAL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – ANÁLISE

Ref.: Junho 2026

A Demonstração do Resultado do Exercício apresentada pela Recuperanda é elaborada em bases acumuladas, de forma que, ao final de junho de 2026, a Receita Operacional Bruta atingiu R\$ 3.963.728, correspondente ao faturamento acumulado no período de janeiro a junho de 2026.

No mês de junho, a empresa registrou receita de aproximadamente R\$ 798.239, representando 25,22% da receita acumulada até maio e evidenciando a manutenção da trajetória de recuperação operacional observada ao longo do primeiro semestre. Trata-se do maior faturamento mensal apurado em 2026, indicando incremento da atividade de transporte em relação aos meses anteriores.

Os custos dos serviços prestados totalizaram R\$ 2.353.437 no acumulado do exercício, correspondendo a 59,37% da receita operacional, resultando em lucro bruto acumulado de R\$ 1.610.291 e margem bruta de 40,63%. Considerando exclusivamente o mês de junho, observa-se lucro bruto de aproximadamente R\$ 253.425, demonstrando que as operações permanecem capazes de gerar resultado positivo antes da absorção das despesas operacionais.

As despesas operacionais acumuladas atingiram R\$ 4.963.053, das quais R\$ 2.814.648 correspondem às despesas administrativas e operacionais e R\$ 2.148.405 referem-se à depreciação do ativo imobilizado. Somente no mês de junho foram apropriadas despesas operacionais de aproximadamente R\$ 922.245, mantendo elevada a estrutura de custos fixos da Recuperanda.

Em razão desse cenário, o resultado operacional acumulado permaneceu negativo em R\$ 3.352.762, correspondente a uma margem operacional negativa de 84,59% sobre a receita líquida acumulada. Apesar do reconhecimento de resultado não operacional positivo acumulado de R\$ 95.276, esse montante não foi suficiente para compensar o elevado volume de despesas operacionais e financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – ANÁLISE

Ref.: Junho 2026

Assim, ao término de junho de 2026, a Recuperanda apresentou prejuízo líquido acumulado de R\$ 3.337.871. Observa-se, contudo, que o desempenho operacional vem demonstrando evolução gradual da receita ao longo do exercício, especialmente no mês de junho, quando foi registrado o maior faturamento mensal do ano. Embora esse comportamento indique recuperação da capacidade operacional, o atual nível de receitas ainda se mostra insuficiente para absorver a estrutura de custos e despesas fixas da empresa, permanecendo necessária a continuidade das medidas de reestruturação operacional e financeira previstas no processo de Recuperação Judicial para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da sociedade.



POSIÇÃO
CONTÁBIL E
PATRIMONIAL

 **Fatto**
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL



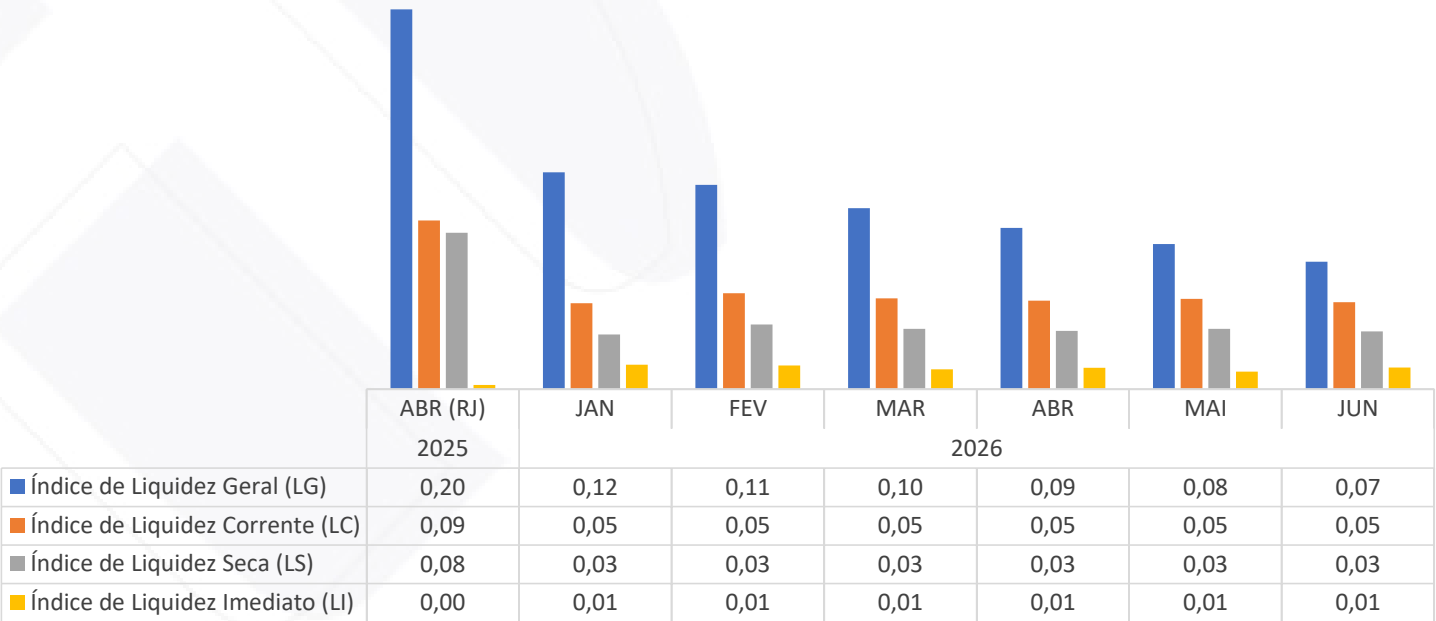
Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJZDP 75ZS9 FNRLN KFFWD

ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Ref.: Junho 2026



POSIÇÃO
CONTÁBIL E
PATRIMONIAL



ÍNDICES DE LIQUIDEZ - ANÁLISE

Ref.: Junho 2026

A análise dos índices de liquidez evidencia que a JRF Transportes e Containers Ltda. permanece com reduzida capacidade de pagamento de suas obrigações, tanto no curto quanto no longo prazo, refletindo as restrições financeiras enfrentadas desde o ajuizamento da Recuperação Judicial.

O Índice de Liquidez Geral (LG) passou de 0,20 em abril de 2025, data do pedido de Recuperação Judicial, para 0,07 em junho de 2026, representando redução de aproximadamente 65%. O indicador demonstra que, ao final do período analisado, para cada R\$ 1,00 de obrigações totais exigíveis, a Recuperanda dispõe de apenas R\$ 0,07 em ativos realizáveis para sua cobertura, evidenciando deterioração da capacidade de solvência global.

O Índice de Liquidez Corrente (LC) reduziu-se de 0,09 para 0,05, indicando que os ativos circulantes permanecem insuficientes para suportar as obrigações de curto prazo. Em junho de 2026, a empresa possuía apenas R\$ 0,05 em ativos circulantes para cada R\$ 1,00 de passivo circulante, revelando significativa dependência da geração contínua de caixa para manutenção das operações.

O Índice de Liquidez Seca (LS) apresentou redução de 0,08 para 0,03 no período, demonstrando que, mesmo desconsiderando ativos de menor liquidez, a capacidade de pagamento das obrigações correntes permaneceu bastante limitada. O indicador evidencia que os ativos de maior liquidez representam apenas 3% das obrigações de curto prazo.

O Índice de Liquidez Imediata (LI) permaneceu praticamente inalterado durante o período, passando de 0,00 no momento do pedido de Recuperação Judicial para 0,01 em junho de 2026. Embora tenha ocorrido discreta melhora nas disponibilidades financeiras, os recursos imediatamente disponíveis continuam insuficientes para suportar os compromissos exigíveis de curto prazo.



**POSIÇÃO
CONTÁBIL E
PATRIMONIAL**

 **Fatto**
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJZDP 75ZS9 FNRLN KFFWD

ÍNDICES DE LIQUIDEZ - ANÁLISE

Ref.: Junho 2026



POSIÇÃO
CONTÁBIL E
PATRIMONIAL

De forma geral, a evolução dos indicadores demonstra que, apesar da manutenção das atividades operacionais e da recuperação gradual do faturamento observada ao longo de 2026, essa evolução ainda não foi suficiente para recompor a liquidez da Recuperanda. A redução dos ativos circulantes, especialmente das contas a receber, aliada ao elevado nível de endividamento, contribuiu para a deterioração dos índices de liquidez em comparação ao período do pedido de Recuperação Judicial.

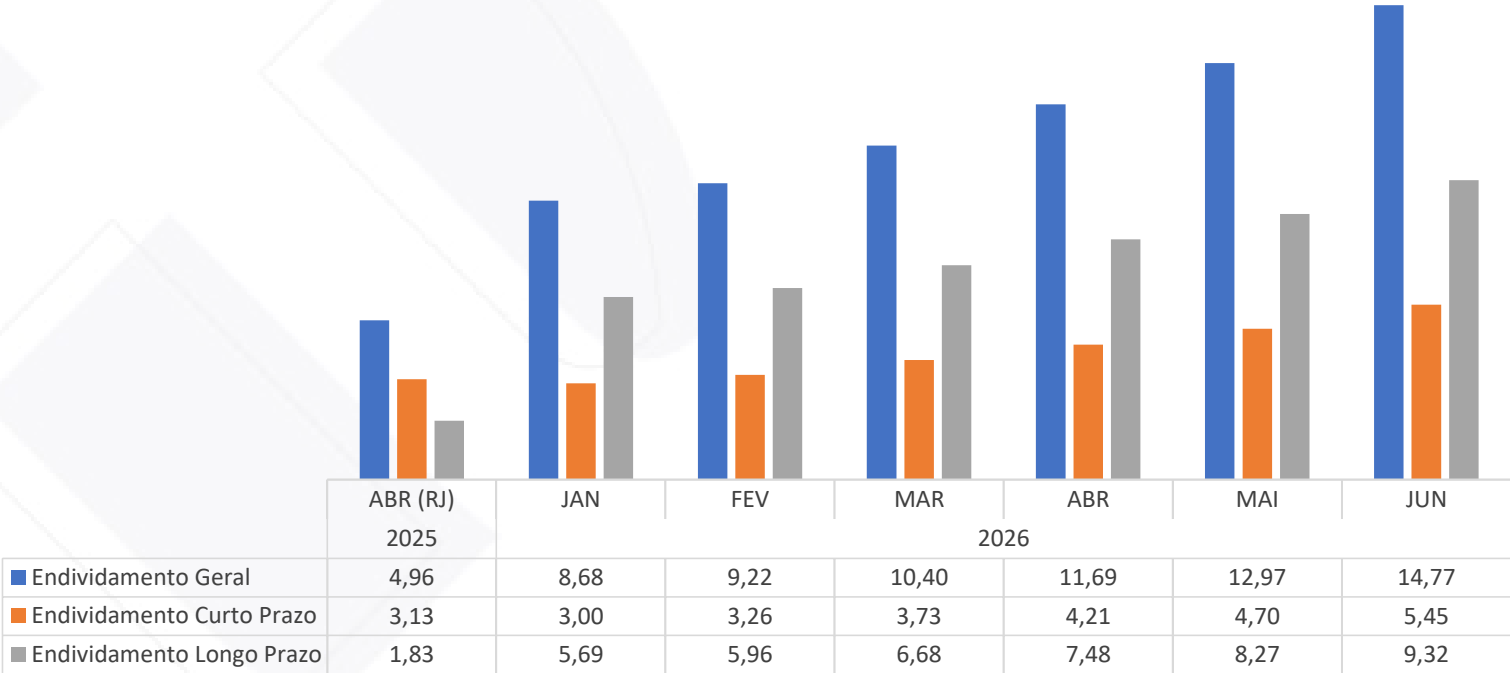
Assim, os indicadores reforçam que a empresa permanece dependente da continuidade do processo de reestruturação financeira, da geração de caixa operacional e do cumprimento das medidas previstas no Plano de Recuperação Judicial para restabelecer, de forma gradual, sua capacidade de honrar as obrigações assumidas e recuperar o equilíbrio econômico-financeiro.



ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO
Ref.: Junho 2026



ANÁLISE
ECONÔMICO
FINANCEIRA



ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO - ANÁLISE

Ref.: Junho 2026



ANÁLISE ECONÔMICO FINANCEIRA

A análise dos índices de endividamento evidencia que a estrutura de capital da JRF Transportes e Containers Ltda. permaneceu fortemente dependente de recursos de terceiros ao longo do período compreendido entre o pedido de Recuperação Judicial, em abril de 2025, e junho de 2026, refletindo o agravamento da insuficiência patrimonial da Recuperanda.

O Índice de Endividamento Geral (EG) passou de 4,96 no momento do pedido de Recuperação Judicial para 14,77 em junho de 2026, representando crescimento de aproximadamente 197,8%. Esse comportamento demonstra que, ao final do período analisado, o montante das obrigações exigíveis correspondia a aproximadamente 14,8 vezes o total dos ativos da empresa. A evolução do indicador decorre, principalmente, da redução do ativo total observada ao longo do período, associada à manutenção de elevado volume de passivos, evidenciando maior comprometimento da estrutura patrimonial.

O Índice de Endividamento de Curto Prazo evoluiu de 3,13 para 5,45, registrando aumento de cerca de 74,1%. O indicador revela que as obrigações exigíveis no curto prazo continuam significativamente superiores aos ativos disponíveis para sua cobertura, mantendo elevada pressão sobre o capital de giro da Recuperanda. Embora parte das obrigações tenha sido reclassificada para o longo prazo em razão do processamento da Recuperação Judicial, o passivo circulante permanece elevado, especialmente em decorrência das obrigações tributárias, financeiras, trabalhistas e com fornecedores.

Da mesma forma, o Índice de Endividamento de Longo Prazo apresentou crescimento expressivo, passando de 1,83 em abril de 2025 para 9,32 em junho de 2026, correspondendo a aumento aproximado de 409,3%. A elevação desse indicador está diretamente relacionada ao reconhecimento e à reclassificação dos créditos sujeitos à Recuperação Judicial para o passivo não circulante, compreendendo as obrigações enquadradas nas Classes I, III e IV, além dos financiamentos de longo prazo.



ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO - ANÁLISE

Ref.: Junho 2026



ANÁLISE
ECONÔMICO
FINANCEIRA

A evolução conjunta desses indicadores demonstra que, apesar da reorganização contábil promovida pelo processamento da Recuperação Judicial, não houve redução efetiva do grau de endividamento da Recuperanda. Ao contrário, a diminuição do ativo total, especialmente em razão da redução do capital de giro e do aumento da depreciação acumulada do imobilizado, contribuiu para a elevação dos índices de endividamento ao longo do período analisado.

Os indicadores evidenciam que a empresa permanece com elevada dependência de capital de terceiros e significativa insuficiência patrimonial, cenário que reforça a necessidade da continuidade das medidas de reestruturação econômico-financeira, do cumprimento do Plano de Recuperação Judicial e da ampliação da capacidade de geração de resultados operacionais, condições indispensáveis para a gradual redução do endividamento e o restabelecimento do equilíbrio patrimonial da Recuperanda.



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJZDP 75ZS9 FNRLN KFFWD



RELAÇÃO DE CREDORES

CREDORES SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A Recuperanda apresentou a relação nominal de credores, em conformidade com o artigo 51, inciso III, da Lei de Falências e Recuperação Judicial (LFRJ). O montante total dos créditos apresentados soma R\$ 19.763.644,51 (Dezenove milhões, setecentos e sessenta e três mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e um centavos).

Informamos que, após revisão realizada pela Administradora Judicial, o valor de R\$ 14.304.888,34 (quatorze milhões, trezentos e quatro mil, oitocentos e oitenta e oito reais e trinta e quatro centavos) foi apurado.

A seguir, a composição do crédito consolidado de acordo com a Relação de Credores apresentada pela Recuperanda e pela Administradora Judicial.

1º EDITAL (RECUPERANDA)				
Classe	Moeda	Nº Credores	Valor	%
Classe I	R\$	23	4.627.124,89	23,41%
Classe II	R\$	-	-	0,00%
Classe III	R\$	79	14.907.896,70	75,43%
Classe IV	R\$	8	228.622,92	1,16%
TOTAL GERAL		110	19.763.644,51	100,00%

2º EDITAL (ADMINISTRADORA JUDICIAL)				
Classe	Moeda	Nº Credores	Valor	%
Classe I	R\$	24	4.618.281,77	32,28%
Classe II	R\$	-	-	0,00%
Classe III	R\$	46	8.903.009,50	62,24%
Classe IV	R\$	16	783.597,07	5,48%
TOTAL GERAL		86	14.304.888,34	100,00%





RELAÇÃO DE CREDITORES

CREDITORES NÃO SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial, a Recuperanda informou a existência de credores extraconcursais, conforme documentos encaminhados pela Recuperanda, o valor total de R\$ 22.224.171,53 (vinte e dois milhões, duzentos e vinte e quatro mil, cento e setenta e um reais e cinquenta e três centavos) foi apurado, conforme detalhamento abaixo:

Débitos Tributários/RFB e PGFN: R\$ 6.054,47 (seis mil, cinquenta e quatro reais e quarenta e sete centavos);

Débitos Tributários/Estadual: R\$ 7.280.535,31 (sete milhões, duzentos e oitenta mil, quinhentos e trinta e cinco reais e trinta e um centavos);

Débitos Tributários/Municipal: R\$ 1.538.931,76 (um milhão, quinhentos e trinta e oito mil, novecentos e trinta e um reais e setenta e seis centavos);

Contratos de Alienação Fiduciária: R\$ 13.398.649,99 (treze milhões, trezentos e noventa e oito mil, seiscentos e quarenta e nove reais e noventa e nove centavos).

QUADRO RESUMO CREDITORES NÃO SUJEITOS RJ		
Classificação	Devedor	Crédito
Não Sujeito	Débitos Tributários/RFB e PGFN	6.054,47
Não Sujeito	Débitos Tributários/Estadual	7.280.535,31
Não Sujeito	Débitos Tributários/Municipal	1.538.931,76
Não Sujeito	Contratos de Alienação Fiduciária	13.398.649,99
TOTAL		22.224.171,53





RELAÇÃO DE CREDORES

SITUAÇÃO FISCAL E TRIBUTÁRIA ATUAL

A presente análise foi elaborada com base no Relatório de Situação Fiscal da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, emitido em 13 de julho de 2026, bem como no Relatório de Pendências da Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná – SEFA/PR, também emitido em 13 de julho de 2026, documentos que refletem a posição fiscal da Recuperanda na data de sua emissão.

A documentação evidencia que a Recuperanda permanece com passivos tributários relevantes nas esferas federal e estadual, parte dos quais já inscritos em dívida ativa, além da existência de processos administrativos fiscais e restrições cadastrais que continuam produzindo reflexos sobre suas atividades operacionais

RECEITA FEDERAL DO BRASIL E PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

O Relatório de Situação Fiscal demonstra a existência de débitos tributários correntes perante a Receita Federal, destacando-se obrigações relativas ao IRRF, PIS e Contribuições Previdenciárias, cujos valores consolidados perfazem aproximadamente R\$ 39 mil, conforme demonstrado a seguir.

Tributo Conta Corrente	Valor (R\$)
IRRF	1.261,93
PIS (10/2024)	957,29
Contribuições Previdenciárias – Segurados	8.845,52
Contribuições Previdenciárias – Patronal	22.680,21
Contribuições de Terceiros	5.283,97
Total	39.028,92





RELAÇÃO DE CREDORES

SITUAÇÃO FISCAL E TRIBUTÁRIA RFB E PGFN

Além das pendências tributárias correntes, o relatório registra processos administrativos fiscais em andamento e processos com exigibilidade suspensa, relacionados a pedidos de compensação e manifestações de inconformidade, cujos créditos permanecem em análise pela Administração Tributária.

Pendência - Processo Fiscal (SIEF)

Nº do Processo	Situação	Localização
14966.416.343/2026-36	Retornado da PFN para análise	Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária – 09RF
17830.726.899/2026-61	Devedor	Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária – 09RF
17830.727.280/2026-74	Devedor	Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária – 09RF

Processo Fiscal com Exigibilidade Suspensa (SIEF)

Processo Administrativo	Processo de Crédito Vinculado	Prazo Final	Localização
10980.933.516/2026-47	10980.919.903/2026-71	10/08/2026	Serviço de Orientação e Análise Tributária – DRFCTA/PR
10980.933.517/2026-91	10980.919.904/2026-15	10/08/2026	Serviço de Orientação e Análise Tributária – DRFCTA/PR
10980.933.518/2026-36	10980.919.903/2026-71	10/08/2026	Serviço de Orientação e Análise Tributária – DRFCTA/PR
10980.933.519/2026-81	10980.919.904/2026-15	10/08/2026	Serviço de Orientação e Análise Tributária – DRFCTA/PR
10980.933.520/2026-13	10980.919.905/2026-60	10/08/2026	Serviço de Orientação e Análise Tributária – DRFCTA/PR
10980.933.521/2026-50	10980.919.905/2026-60	10/08/2026	Serviço de Orientação e Análise Tributária – DRFCTA/PR
10980.933.522/2026-02	10980.919.905/2026-60	10/08/2026	Serviço de Orientação e Análise Tributária – DRFCTA/PR
10980.933.523/2026-49	10980.919.906/2026-12	10/08/2026	Serviço de Orientação e Análise Tributária – DRFCTA/PR
10980.933.524/2026-93	10980.919.906/2026-12	10/08/2026	Serviço de Orientação e Análise Tributária – DRFCTA/PR





RELAÇÃO DE CREDITORES

SITUAÇÃO FISCAL E TRIBUTÁRIA ATUAL

No âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, foram identificadas diversas inscrições em Dívida Ativa da União, todas classificadas como "Ativa em Cobrança", abrangendo tributos federais e contribuições previdenciárias.

Nº da Inscrição	Receita	Inscrito em	Processo	Situação
90.2.25.009400-61	3560 – IRPJ Fonte	10/02/2025	14966.171.108/2025-49	Ativa em Cobrança
90.2.25.010606-10	3560 – IRPJ Fonte	06/10/2025	14966.224.442/2025-11	Ativa em Cobrança
90.4.25.052516-09	4162 – R.I. Amb. Ap. Especial	10/02/2025	14966.171.108/2025-49	Ativa em Cobrança
90.4.25.052517-81	4156 – Contribuição Empregador	10/02/2025	14966.171.108/2025-49	Ativa em Cobrança
90.4.25.052518-62	4201 – Salário-Educação	10/02/2025	14966.171.108/2025-49	Ativa em Cobrança
90.4.25.052519-43	4276 – Contribuição SEST	10/02/2025	14966.171.108/2025-49	Ativa em Cobrança
90.4.25.052520-87	4260 – Contribuição SENAT	10/02/2025	14966.171.108/2025-49	Ativa em Cobrança
90.4.25.052521-68	4133 – Contribuição Segurados	10/02/2025	14966.171.108/2025-49	Ativa em Cobrança
90.4.25.201029-96	4133 – Contribuição Segurados	06/10/2025	14966.224.442/2025-11	Ativa em Cobrança
90.4.25.201030-20	4338 – Contribuição SEBRAE	06/10/2025	14966.224.442/2025-11	Ativa em Cobrança
90.4.25.201031-00	4185 – Contribuição S/ Retenção Previdenciária	06/10/2025	14966.224.442/2025-11	Ativa em Cobrança
90.4.25.201032-91	4156 – Contribuição Empregador	06/10/2025	14966.224.442/2025-11	Ativa em Cobrança
90.4.25.201033-72	4201 – Salário-Educação	06/10/2025	14966.224.442/2025-11	Ativa em Cobrança
90.4.25.201034-53	4162 – R.I. Amb. Ap. Especial	06/10/2025	14966.224.442/2025-11	Ativa em Cobrança
90.4.25.201035-34	4224 – Contribuição INCRA	06/10/2025	14966.224.442/2025-11	Ativa em Cobrança
90.4.25.201036-15	4276 – Contribuição SEST	06/10/2025	14966.224.442/2025-11	Ativa em Cobrança
90.4.25.201037-04	4260 – Contribuição SENAT	06/10/2025	14966.224.442/2025-11	Ativa em Cobrança
90.6.25.010382-20	1772 – Retenção Cont. PG PJ do IR	10/02/2025	14966.171.108/2025-49	Ativa em Cobrança
90.6.25.022449-24	4493 – COFINS	06/10/2025	10136.213.787/2025-52	Ativa em Cobrança
90.6.25.022512-03	1772 – Retenção Cont. PG PJ do IR	06/10/2025	14966.224.442/2025-11	Ativa em Cobrança
90.6.22540-59	4493 – COFINS	06/10/2025	19414.163.055/2022-18	Ativa em Cobrança
90.7.25.006327-62	8010 – PIS	06/10/2025	19414.163.055/2022-18	Ativa em Cobrança





RELAÇÃO DE CREDORES

SITUAÇÃO FISCAL PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS ESTADUAIS

Conforme Relatório de Pendências emitido pela SEFA/PR, a Recuperanda permanece com irregularidade cadastral, em razão da existência de estabelecimento cancelado no Cadastro de Contribuintes do ICMS, circunstância que impede a emissão de Certidão de Regularidade Fiscal, embora a inscrição estadual da matriz permaneça ativa.

Observa-se que os débitos de ICMS representam praticamente a totalidade do passivo tributário estadual, demonstrando elevada concentração da dívida nesse tributo.

Débito	Quantidade	Valor Atualizado (R\$)
Inscrições em Dívida Ativa – ICMS	20	7.495.976,30
Débitos de IPVA	29	203.068,78
Total	49	7.699.045,08





CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise das informações contábeis, financeiras, operacionais e fiscais disponibilizadas pela Recuperanda **J.R.F. Transportes e Containers Ltda.**, referentes à competência de **junho de 2026**, esta Administração Judicial constatou que a empresa permanece em regular exercício de suas atividades empresariais, mantendo a continuidade da prestação de serviços de transporte e logística, a preservação de sua estrutura operacional e o cumprimento de sua função social, em consonância com os objetivos previstos no art. 47 da Lei nº 11.101/2005.

No aspecto operacional, verificou-se a manutenção das atividades desenvolvidas na unidade matriz, localizada no município de Paranaguá/PR, permanecendo concentradas nesse estabelecimento as atividades administrativas, operacionais, de gestão da frota e de manutenção dos veículos. Durante o período, a Recuperanda deu continuidade às manutenções preventivas e corretivas da frota, às reformas de carretas e à substituição de pneus, buscando preservar a capacidade operacional dos ativos empregados na atividade empresarial.

Observou-se, igualmente, a manutenção do quadro funcional em 29 colaboradores, quantitativo compatível com o atual nível de operações da empresa e que permaneceu inalterado em relação ao mês anterior. A estabilidade da força de trabalho demonstra a preservação da atividade empresarial e dos postos de trabalho, atendendo aos princípios da preservação da empresa, da fonte produtora e do emprego previstos na legislação recuperacional.

Sob o aspecto econômico-financeiro, destaca-se como principal evolução do período o desempenho da receita operacional. A Recuperanda encerrou o primeiro semestre de 2026 com receita operacional bruta acumulada de R\$ 3.963.728, sendo que o mês de junho registrou o maior faturamento mensal do exercício, evidenciando continuidade da recuperação gradual da atividade operacional. Embora esse desempenho represente importante indicativo de retomada das operações, as demonstrações contábeis revelam que a geração de receitas ainda não é suficiente para absorver integralmente a estrutura de custos e despesas da empresa, razão pela qual o resultado do exercício permanece deficitário.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise patrimonial evidencia redução do ativo total em comparação ao período do pedido de Recuperação Judicial, especialmente em decorrência da diminuição do capital de giro e da evolução da depreciação acumulada sobre os bens do ativo imobilizado. Apesar disso, verifica-se a preservação dos principais ativos operacionais da Recuperanda, notadamente a frota de veículos e equipamentos utilizados na prestação dos serviços, evidenciando a manutenção da capacidade operacional necessária à continuidade da atividade empresarial.

Os indicadores econômico-financeiros analisados demonstram que a empresa ainda apresenta baixos índices de liquidez e elevado grau de endividamento, reflexo da insuficiência patrimonial, do reduzido capital de giro e da expressiva participação de recursos de terceiros na estrutura de financiamento. Embora a reorganização das obrigações decorrente do processamento da Recuperação Judicial tenha promovido adequações na classificação contábil do passivo, permanece a necessidade de fortalecimento da geração de caixa e de recuperação gradual da capacidade financeira da sociedade empresária.

No âmbito fiscal, a documentação disponibilizada demonstra que a Recuperanda permanece com expressivo passivo tributário perante os entes federativos. Os relatórios emitidos pela Receita Federal do Brasil, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná, todos datados de 13 de julho de 2026, evidenciam a existência de débitos tributários correntes, processos administrativos fiscais em tramitação, processos com exigibilidade suspensa, inscrições em Dívida Ativa da União e expressivo passivo estadual decorrente, principalmente, de débitos de ICMS. Tais pendências continuam produzindo reflexos sobre a operação da empresa, especialmente em razão das restrições administrativas e judiciais incidentes sobre parte de sua frota, conforme relatado pela própria Recuperanda.

Constatou-se, entretanto, que a Recuperanda permanece adotando medidas voltadas à regularização de sua situação econômico-financeira e fiscal, incluindo tratativas relacionadas à regularização tributária, manutenção da capacidade operacional e continuidade das negociações inerentes ao processo de Recuperação Judicial. Permanece, ainda, no aguardo da homologação do Plano de Recuperação Judicial, etapa considerada relevante para a implementação das medidas de reestruturação financeira previstas no processo.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

No tocante às obrigações de acompanhamento processual, verificou-se que a documentação disponibilizada atende, de forma geral, aos requisitos previstos na Lei nº 11.101/2005 e às diretrizes estabelecidas pela Recomendação CNJ nº 72/2020, permitindo o acompanhamento da evolução patrimonial, financeira, operacional e fiscal da Recuperanda e o adequado exercício das atribuições fiscalizatórias da Administração Judicial.

Em conclusão, os elementos analisados demonstram que a Recuperanda permanece em atividade, preservando sua capacidade operacional e apresentando evolução gradual da receita operacional ao longo de 2026. Todavia, a empresa ainda enfrenta importantes desafios relacionados à recomposição de seu capital de giro, ao elevado grau de endividamento, à insuficiência dos indicadores de liquidez, à manutenção de patrimônio líquido negativo e à regularização de seu passivo tributário. Assim, a consolidação da recuperação econômico-financeira dependerá da continuidade do crescimento das receitas, da geração consistente de fluxo de caixa operacional, da redução gradual do endividamento, da implementação das medidas previstas no Plano de Recuperação Judicial e da superação das restrições fiscais e operacionais atualmente existentes.

O presente Relatório Mensal de Atividades foi elaborado com fundamento na documentação disponibilizada pela Recuperanda, nas informações obtidas durante o acompanhamento mensal e nas análises técnicas realizadas por esta Administração Judicial, observando-se as disposições da Lei nº 11.101/2005, as diretrizes da Recomendação CNJ nº 72/2020 e os princípios da transparência, da boa-fé, da preservação da empresa e da proteção dos interesses dos credores, fornecendo ao Juízo, aos credores e aos demais interessados informações atualizadas acerca da evolução econômico-financeira da Recuperanda.

Sendo o que cumpria relatar, esta Administração Judicial permanece à disposição do Juízo para prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Curitiba, 01 de Agosto de 2026.

FATTO ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL





ANEXOS

- Anexo. 01 - Balanço Patrimonial
- Anexo. 02 - Demonstração Resultado do Exercício
- Anexo. 03 - Demonstração do Fluxo de Caixa
- Anexo. 04 - Relação Funcionários
- Anexo. 05 - Extratos de Débitos





fattoonline.com.br | 41. 2106-9610
R. Alberto Folloni, 543 • 1º andar • Juvevê • Curitiba/PR



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJZDP 75ZS9 FNRLN KFFWD